

## A MULTIPLICIDADE E O CIBERESPAÇO: A DIVISÃO QUE MULTIPLICA A PARTIR DA VISÃO ESTÉTICO-POLÍTICA DE RANCIÈRE<sup>1</sup>

Autora: Flaviane Flores Vieira de Magalhães

E-mail: f.floresmagalhaes@gmail.com

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4335489J3>

### RESUMO

A multiplicidade é a noção chave sobre a qual o presente artigo conecta o ciberespaço e a realidade política, mais especificamente sobre uma leitura crítica da democracia grega realizada por Jacques Rancière, em alguns de seus textos. As relações travadas entre estética e política propostas pelo autor também serão paulatinamente trazidas à discussão para tatear a sobreposição dessas percepções, enquanto manifestação de um território onde se percebe e se exerce a política na multiplicidade. O ciberespaço, tratado como imagem da realidade multiplicada tem ressaltado, na discussão, seu potencial de se tornar um instrumento tecnológico para o agir político.

**Palavras-chave:** ciberespaço; multiplicidade; Rancière

Vivemos tempos permeados de encontros e conflitos, o que nos impele, nós humanidade, a pensar em nossa coexistência, para além do cotidiano e nas direções e caminhos de nossa organização coletiva em sociedade. Nessa busca, investem-se muitas lutas e muitas discussões, muitas invenções e muitos pensamentos – porque múltiplas são as respostas e abundantes as contradições. O pluralismo emergente de tantos encontros e tantas culturas e pensamentos diferentes é a direção da argumentação que aqui se apresenta: uma tentativa de entender o momento atual, expresso pela ideia de multiplicidade, e sua relação com a massificação da comunicação e o agir político. Apresenta-se, então, o *ciberespaço* como retrato dessa multiplicidade, e a *política*, como inteligência para a administração de nossa coexistência num mesmo território.

A política e seu esforço por atingir algum modelo justo e democrático, desenvolve-se, histórica e socialmente, em diversas direções. Jacques Rancière (1940 - )<sup>2</sup> relendo de modo crítico os fundamentos gregos da política, a saber, escritos de Aristóteles e Platão,

---

1 Artigo orientado pelo Prof. Dr. Edécio Mostaço, pelo Programa de Pós-Graduação em Teatro da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

2 Jacques Rancière é um filósofo francês, com estudos concentrados em estética e política.

evoca seus sentidos mais intrínsecos, evitando os riscos de compreensões rasas que a confundem com o poder ou com os aparelhos administrativos do Estado. Assim, “O trabalho essencial da política é a configuração de seu próprio espaço. Este trabalho consiste em dar a ver o mundo dos seus sujeitos e das suas operações. A essência da política é a manifestação de um dissenso, como presença de dois mundos num só.” (RANCIÈRE, 2014, p. 147). Nessa afirmativa, ressalta-se a existência do conflito, ou nas palavras do autor, o *dissenso*, entre dois mundos. Mundos que podem ser simplificados na insuperável divisão entre ricos e pobres ou entre governantes e governados, que guarda profunda relação com a divisão do espaço, entendido de forma bastante ampla, como se poderá observar adiante.

A ideia de divisão é recorrente no pensamento do autor, que frequentemente fala em partilha, especificamente, em *partilha do sensível*. Essa partilha tem fundo político e estético, pois relaciona-se a percepção que temos do mundo e o lugar que nele ocupamos enquanto sujeitos políticos e de percepção sensível. Cada sujeito ou agrupamento de sujeitos ocupa um espaço e detêm uma parte de percepção do mundo, que está diretamente ligada ao ponto de onde percebe seu próprio espaço e nele age. Isso significa que existem outras partes que esse mesmo grupo de sujeitos não ocupa e não detêm, estabelecendo partes comuns e partes exclusivas. A partilha é, pois, *sensível*, porque é a partir dela que se percebe o mundo, e é *política*, porque define as operações e relações que se realizam no mundo, podendo afetar as demais partes que constituem o conjunto disso que denominamos sociedade, ou o conjunto das partes em interação. Os termos “lugar de fala” ou “ponto de vista”, por exemplo, são uma espécie de percepção [in]consciente dessa partilha. Assim, estética e política se entrelaçam em um jogo de posicionamentos e separações, o que faz lembrar do sujeito e de sua existência compartilhada em comunidade.

*Partilha* significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas. (RANCIÈRE apud. RANCIÈRE, 2009, nota da tradução, s/p)

Com essa percepção estética/política, Rancière analisa o *próprio* da política como trabalho de configuração dessas partes, ou seja, de distribuição de coisas, valores e espaços comuns e também de exclusividades. Desde Aristóteles e, provavelmente em todos os tempos civilizados de nossa história, essa divisão é marca das relações políticas. Relações sempre desiguais e justificadas por diversas crenças filosóficas, morais e culturais que suportam as ideias que constituem a ideologia de cada período. Nota-se sempre a presença de uns poucos governantes detentores de partes exclusivas e de uma massa que o circunda, a quem se reserva o trabalho e a submissão como locais de existência. Evidentemente, muitas lutas foram travadas para reformular essa divisão, tornando a permanente disputa por partes – direitos e espaços para agir – o *próprio* fazer político.

Se o trabalho da política é a configuração desses espaços, físicos e também espaços do agir político, pode-se passar ao pensamento dos sujeitos políticos que compõem esses espaços e realizam essas operações, uma vez que “É a relação política que permite pensar o sujeito político” (RANCIÈRE, 2014 p. 137). Esse sujeito é o cidadão da *polis* grega e também na atualidade, “diz Aristóteles, é quem *toma parte* no fato de governar e ser governado” (RANCIÈRE, 2009, p. 15). Tantas divisões, contemporaneamente, acabaram por multiplicar os agrupamentos de diferenças e de igualdades – vale ressaltar que a multiplicação é a operação inversa da divisão, sendo, portanto, operações complementares. Assim, os conflitos hoje superam a questão de classe, devido à pluralidade de suas relações, multiplicando o dissenso e definindo os contornos do *ókhlos* ou da oclocracia, a “reunião turbulenta das turbulências individuais” (RANCIÈRE, 2014, p. 42). E é precisamente aí que se encontra a multiplicidade, um território complexo de relações políticas entre cidadãos e agrupamentos de cidadãos.

O mundo onde toda a gente precisa de toda a gente, onde tudo o que se anuncia sob o signo do gozo individual é permitido, onde tudo e todos se misturam seria o mundo da *multiplicidade* auto-pacificada. A razão realizar-se-ia nele sob a sua forma menos ostensiva: não como disciplina sujeita à ameaça constante da transgressão e da deslegitimação pelos factos, mas como racionalidade produzida pelo próprio desenvolvimento, a auto-regulação consensual das paixões. Pluralidade, assim se chamaria hoje o ponto de concordância, o ponto de utopia, entre o êxtase dos prazeres privados, a moral da igualdade

solidária e a sabedoria política republicana. (RANCIÈRE, 2014, p. 35, destaque meu)

A multiplicidade é também fruto das democracias representativas, reguladas pelo neoliberalismo típico de nosso tempo. Mediada pela voz soberana do *demos* que, apaziguando os conflitos, estabelece o poder da maioria, ou a vitória daqueles a quem cabe a virtude de governar, a divisão e a multiplicação encontram-se em uma permanente e estranha busca por consenso. Longe de solucionar tais conflitos, a democracia reúne turbulências individuais em torno da ilusão do Uno, que apenas produz ódio, também multiplicado. A crítica, nesse caso, é direcionada a muitos modelos estatais da atualidade, que, servindo apenas aos interesses do capital, exploram e manipulam as partes sociais que constituem uma nação, esvaziando o fazer político e tocando-o inconsequentemente para a beira de um abismo de ódio, consequência direta do modelo neoliberal que estimula o individualismo, a competitividade e o lucro a qualquer custo, disfarçado de democracia<sup>3</sup>.

No momento em que a política se apaga, em que o partido dos ricos e o partido dos pobres já não dizem senão a mesma coisa – modernização -em que, como alguns garantem, basta escolher uma imagem publicitária com um perfil adequado para um empreendimento que é quase idêntico, o que nesse momento se manifesta com estrondo não é o consenso, mas a exclusão; não é razão que se transformou na racionalidade social da coexistência das satisfações, mas o ódio puro ao Outro, a reunião para excluir. (RANCIÈRE, 2014, p. 35)

As disputas de narrativas para os fatos políticos que acompanhamos recentemente, no Brasil, expressam muito bem essa natureza da multiplicidade, na qual notam-se diversos grupos – minorias (?) – vinculando temas e debates muito diferentes e sofrendo com uma simplificação bilateral da política, a velha querela direita X esquerda<sup>4</sup>, impedindo qualquer avanço em suas pautas. Divisão que existe apenas no discurso, pois ambas têm a mesma prática e servem ao mesmo sistema, o capitalismo. Assim, retirar a política do território da politicagem e da disputa por poder, conduzindo-a a sua tarefa

---

3 Criticamente problematizado pelo autor em seu livro *O ódio à democracia*.

4 Referência a 2016, ano do impeachment ou do golpe, conforme escolhida a narrativa.

original de repartir as partes e configurar espaços, requer outros atributos, que não os vigentes na atualidade neoliberal.

Pensar na divisão do espaço como um agir político e na multiplicidade como o estado atual dessa divisão, remete à complexidade das relações estabelecidas pela comunicação via internet, outra marca de nossos tempos. Ora, se temos conhecimento dessa multiplicidade e a encaramos como uma questão política, é também devido ao acesso intelectual que temos a ela, ou antes, ao espaço que, para além da superfície da Terra, reflete essa multiplicidade, numa única interface. O ciberespaço, em sua extensão, é, portanto e a meu ver, o *locus* onde se dão a ver, para quem busca, as proporções dessa multiplicidade. Por existir de modo inerente à realidade, enquanto projeção de tudo o que produz a humanidade, transformando informação em dados, o ciberespaço oscila na operação de uma função representativa da realidade e também como instrumento de análise e intervenção na mesma. Em outros termos, “são suas imagens [dos indivíduos] que lhes permitem se reconhecer e agir coletivamente como sujeitos dessa nova dimensão do mundo social-histórico que chamamos de ciberespaço.” (RÜDIGER, 2007, p. 151).

O ciberespaço não existe para além dos sujeitos que o constituem, antes, é a representação dos contornos de nossas relações sociais, políticas e culturais. De modo simples, pode-se defini-lo como “ambientes virtuais comunitários e participativos” (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 20), salientando seu aspecto coletivo, dado pela conexão em rede de muitos usuários. Também se expressa por “uma espécie de mapeamento no qual projetamos nossos medos e esperanças: é o nosso projeto” (CRAMPTON apud RÜDIGER, 2007, p. 150). Por esse caminho, o pode ser e tem sido um espaço da política, isto é, sua face que espelha nossa multiplicidade em rede ou nosso projeto/projeção da sociedade.

Compreender essas redes é essencial, portanto, para compreender também a apropriação da Internet como ferramenta da organização social e informação contemporânea. É essencial para compreender os novos valores construídos, os fluxos de informação divididos e as mobilizações que emergem no ciberespaço. (RECUERO, 2009, p. 164)

As redes sociais, parte do ciberespaço, são interessantes ferramentas para se perceber os múltiplos elos que representam as relações estabelecidas no tempo e no espaço da realidade. Pensar a humanidade representada em uma interface complexa, a internet, que, para além de ser parte de nosso cotidiano, também constitui a maior ferramenta da globalização e do capitalismo, já sinaliza uma aproximação conceitual de Rancière, para quem a percepção estética do mundo está profundamente ligada ao local político que nele ocupamos, relacionando inevitavelmente percepções e fazeres, estéticos e políticos. Nesses termos, usar o ciberespaço como imagem estética do real político e suas relações/conexões, pode trazer à discussão certa materialidade na tentativa de pensar mediações para o gerenciamento político da multiplicação das identidades e sua coexistência, principalmente no tocante à ideia de democracia e suas regulações do comum – seja espaço ou tempo comum.

Na análise que o autor realiza sobre a política e o pensamento democrático, é possível notar a valoração do espaço, abstrato e concreto, em sua relação com a política e o fazer política. Segundo sua leitura da *Política* de Aristóteles, fica estabelecida a divisão do mundo em partes, e a cada um, conforme sua condição, uma parte. No entanto, a divisão do mundo entre ricos e pobres – a fonte do conflito maior, o conflito de classes – aparece muito bem mediada pelo modelo democrático proposto, que distribui títulos conforme o nascimento dos homens, “a virtude para os *arístoi*, a riqueza para os *olígoi* e a liberdade para o *démos*” (RANCIÈRE, 2014, p. 140), na qual percebe-se os privilégios de um lado e o povo do outro, sendo que a liberdade que resta ao povo, a sua parte, não passa de uma “conta dos incontados ou a parte dos sem-parte” (RANCIÈRE, 2014, p. 143), isto é, o direito de “calar-se e submeter-se” (RANCIÈRE, 2014, p. 140). No extremo oposto “o poder na natureza superior, dos mais fortes sobre os mais fracos” (RANCIÈRE, 2014, p. 140). Nessa divisão, tem-se os sinais da boa democracia aristotélica, vivenciada na modernidade como a democracia representativa, que elege representantes para ocupar os cargos da virtude, restando ao povo o direito ao trabalho e ausência na política – a face real e liberalista que restou do título da liberdade dado ao povo. Nessa perspectiva “é preciso que haja o intervalo, o vazio à beira do político”

(RANCIÈRE, 2014, p. 29), ou uma separação mesma entre as partes: distância e exclusão.

Nessa divisão política do espaço físico da cidade, os homens de títulos ocupam o centro do fazer político, restando aos pobres a condição de permanecerem afastados do centro decisório da sociedade, também pela falta de um elemento essencial: o tempo, pois “tempo livre é o que falta para ir ao centro, porque o centro é longe, porque não se pode renunciar à tarefa e ao ganho do dia para se deslocar até lá” (RANCIÈRE, 2014, p. 29). Mas antes da ausência de tempo livre, está também o acordo da *representação*, ou seja, a virtude que os eleitos para o centro possuem de representar os ausentes. Brasília é um exemplo, a partir do qual se pode também entender o valor que a palavra *ocupar* denota em nosso momento político, seja em prédios públicos ou em debates cibernéticos, visto que não são mais virtudes divinas que determinam a divisão e ocupação desses espaços, mas, acordos históricos de manutenção do poder centralizado e a permanente disputa pelo agir político, travada por camadas sociais que clamam participação nas decisões.<sup>5</sup>

Essa divisão extrapola o nível do espaço geográfico, para alcançar políticas imperialistas e coloniais vividas por países como o Brasil, na qual a alienação ou a ausência de acesso intelectual, é a garantia de dominação e de silêncio da parte cujo único direito é o trabalho. Afinal, desde a Grécia, o poder é sempre “o poder daqueles que sabem sobre aqueles que não sabem” (RANCIÈRE, 2014, p. 141). Percebe-se a manutenção dessa divisão original, em um nível simbólico, que demarca os limites entre aqueles que estruturam e acessam educação, informação, cultura, etc. e aqueles que sequer acessam, expressos de modo paradoxal na função política da despolitização definida por Rancière como “o mais antigo trabalho da arte política, aquele que alcança o seu acabamento à beira do seu fim, a sua perfeição à beira do seu abismo” (RANCIÈRE, 2014, p. 32).

O discernimento entre o útil e o nocivo e, por consequência, entre o justo e o injusto seria assim exclusividade de uma camada da sociedade que detém o discurso e a

---

5 Em 2016, muitas ocupações políticas (ocupa MinC, movimento secundarista e universitário, principalmente) tomaram conta do país, reforçando o sentido político da palavra, como participação e tomada de espaços.

capacidade de fala, pois “a destinação supremamente política do homem atesta-se por um *indício*: a posse do *logos*, ou seja, da palavra, que *manifesta*, enquanto a voz apenas *indica*.” (RANCIÈRE, 1996, p. 17, destaques do autor). Atualmente, essa capacidade é aproximada à influência e difusão que um dado discurso possui. Nesse aspecto, o ciberespaço tem desempenhado um papel político inédito na história mundial. As redes sociais, que nele se articulam, manifestam-se fortemente através da palavra e já convocam ações reais, com eficiência um tanto questionável e descontrolada, mas sempre presentes. Mesmo criada pelo capitalismo, através da indústria da guerra e para o controle, a internet detém particularidades vantajosas, quanto a difusão de ideias, e tem dado voz a partes historicamente silenciadas de modo irreversível. É certo que se configura como mais um espaço de luta, como a praça pública que, ainda e também, precisam ser reivindicados.

Através das comunidades virtuais do ciberespaço a multidão está armada e as redes, que sempre construiu para lutar contra o poder político burguês, tornaram-se poderosas redes de guerra, paralisando o uso das armas de aniquilação do poder global e rompendo com sua cadeia de medo orquestrada pela mídia oficial usando da contra-informação. A comunidade virtual é uma rede de guerra lutando contra os estados global e locais, mas seu combate se desenvolve através de sua própria construção como um modo surpreendente de inventar valores e *práticas democráticas* no seu interior. (ANTOUN, 2010, p.232, destaque meu)

O funcionamento do ciberespaço ainda permite a manifestação de quem quer que seja, principalmente através de redes sociais de uso gratuito e já bastante popularizado, driblando estranhamente e ao mesmo tempo, a ausência da palavra, do tempo livre, do conhecimento e do acesso a um potencial espaço do agir político. É válido ressaltar que a divisão inicial em duas partes, hoje, é mais fragmentada ainda, sendo essa a prerrogativa da multiplicidade, na qual observam-se divisões e afastamento entre as partes. Vivemos uma guerra de discursos, entre países, interesses, raças, gêneros, culturas, etc. Embora seja o funcionamento da internet sujeito a manipulações, censuras e bloqueios, mantendo um tanto ilhadas comunidades geográficas e/ou de interesse, limitando a difusão de seus conteúdos a seus próprios círculos, observa-se ainda algum descontrole – que não é exatamente a ausência de vigilância – e que dá margens para um caos de informação e

contra-informação, de discursos que têm bagunçado as tradicionais divisões aqui tratadas, promovendo uma multiplicidade de percepções de mundo e de ações políticas, confundindo a *função polícia*<sup>6</sup> do Estado e do poder hegemônico.

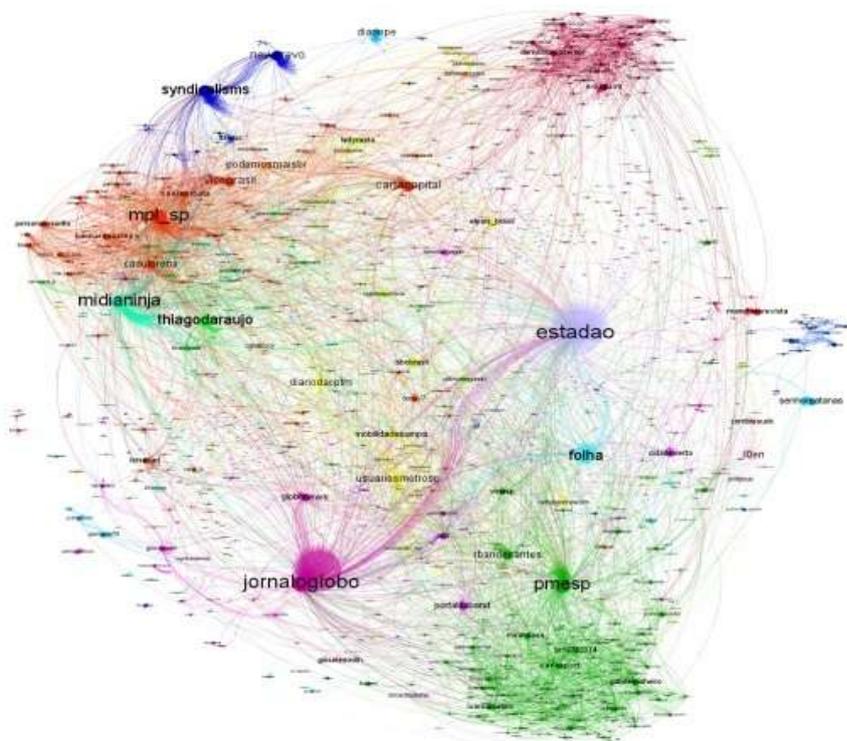
As representações as quais chegou o pesquisador em comunicação, Fábio Malini, para um episódio salutar da política nacional, os movimentos de ocupação das ruas ocorridos em junho de 2013 e também em março de 2015, servem como exemplo. Com o objetivo de provar sua tese de que ambos movimentos seriam fomentados por uma mesma convocatória, porém oriundos de estratos diferentes da sociedade e com tendências bastante opostas, o autor, em seu recente artigo *Um método perspectivista de análise de redes sociais: cartografando topologias e temporalidades em rede* (2016), lança mão de suas representações gráficas para o que chama de análise perspectivista da rede, ou:

uma abordagem teórico-metodológica que se dedica a estudar como as relações de compartilhamentos, respostas, inscrições, comentários, favoritadas, curtidas, indicações na internet, formam rastros sociais que expressam, conjuntamente, pontos de vistas coletivos formando as partes da rede que, sobrepostas, compõem uma globalidade, podendo ser analisada ora a partir da topologia dos perfis (a posição da parte no todo), ora a partir de uma temporalidade dos laços (a parte do tempo como parte no todo). (MALINI, 2016, p. 2, destaque meu).

Os rastros sociais, compreendidos como movimentação de conteúdos nas redes sociais, são o objeto de representação e análise que o autor vem sistematicamente estudando como ferramentas para a compreensão de nossa ação política através da internet. Como pode ser observado, exemplarmente, na imagem abaixo, os grafos propostos por Malini expressam esteticamente a multiplicidade em cores e uma repartição específica do sensível, no tocante à percepção dos fatos políticos e sua narrativa realizada por fontes diferentes de opinião pública disponível na internet.

---

6 A função polícia está oposta a função política. Funciona como uma partilha do sensível que faz a massa circular sem pensar e sem parar, é a voz da obediência que coloca cada um em seu devido lugar. “Apolícia não é a lei que interpela o indivíduo [...]. A polícia diz que não há nada para ver numa rua, nada para fazer a não ser circular.”. (RANCIÈRE, 2014, p. 147).



**Perspectivas topológicas no grafo.** Rede de retweets acerca dos termos #ContraTarifa, #PasseLivre e #ContraoAumento, em junho de 2013, na qual 3 perspectivas aglutinam a hegemonia da narrativa do ato: a do Movimento Passe Livre (laranja), a da Polícia Militar (verde) e a do petismo (vermelha). (MALINI, 2016, p. 17)

Essa representação do ciberespaço é apenas mais um acessório técnico para a compreensão da multiplicidade, sem a promoção de falsos consensos, que, futuramente, podem ser úteis para a administração política dos dissensos. Já existem, nos três níveis da administração pública, portais de transparência e participação que sinalizam a utilização estatal dessa ferramenta, infelizmente ainda impopulares. Complementando e defendendo a acessibilidade e a proteção aos direitos dos usuários, a pauta por uma *internet livre*<sup>7</sup> também pensa a construção desse serviço essencial, para manter o ciberespaço como um *locus* de liberdade expressiva, livre de censuras e fiel a nossa multiplicidade.

---

7 No Brasil, as discussões de proteção da internet contra a ação vigilante do Estado e contra a opressão das leis de mercado já está sendo travada em nível deliberativo nas discussões sobre o *Marco Civil da Internet*, por exemplo, que visa regulamentar os direitos dos usuários da rede e seu funcionamento livre.

Muito se especula sobre a internet e os efeitos da massificação da comunicação. Tem-se pouca divulgação sobre seu funcionamento, suas estruturas ainda estão nas mãos do capital e a exclusão digital ainda é uma questão social. Resta saber até que nível conseguiremos avançar em seu uso como ferramenta política, pois o ponto nevrálgico desse encaminhamento é justamente a construção de dinâmicas eficientes, seja para a acessibilidade, a transparência, a proteção aos usuários, ou a prestação do serviço, de modo a preservar direitos, sem censuras, exclusões, desigualdades ou injustiças.

A missão é grande e complicada, exige boa vontade política e a educação da população para ser eficiente, portanto, ainda se apresenta com mais dificuldades que soluções. No entanto, entusiastas da rede seguem firmes na intenção de “colocar a tecnologia digital contemporânea como instrumento de novas formas de sociabilidade e de vínculos associativos e comunitários” (LEMOS apud. RÜDIGER, 2007, p. 92), revisando e promovendo novas partilhas do sensível. A *democracia digital*<sup>8</sup> é um horizonte da relação entre política e internet, ainda repleto de problemas, mas sendo construído paulatinamente. Não se pode esquecer que “A política é um tipo de ação paradoxal.” (RANCIÈRE, 2014, p. 139). Paradoxal, contraditória e imperfeita, como tudo na ordem do humano.

Imaginar o planeta totalmente conectado e operacionalizado via ciberespaço ainda desafia nossa inteligência e gera mais desconfianças que apostas, pois a técnica e a tecnologia têm também limites, “quando se inventa o navio, é inventado também o naufrágio” (RÜDIGER, 2007, p. 111). Pensar no diálogo global como instrumento de mediação de conflitos ainda é uma atitude ingênua e excessivamente otimista, mas a técnica e a tecnologia vêm revolucionando o pensamento e as operações humanas há séculos, por que não poderiam também revolucionar nosso modo de agir e fazer política? Será o ciberespaço e sua rede de conexões um meio para se conhecer nossos desejos e nossas propostas – nossa multiplicidade – para se alcançar um Estado mais político e

---

8 A democracia digital prevê a utilização da internet como ferramenta para uma via democrática direta de promoção da participação e da transparência no fazer político. Esse modelo compôs as discussões do *Seminário Democracia em Rede*, ocorrido em maio de 2016, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, em Curitiba-PR e tem se proliferado no meio acadêmico e político.

menos policial? Ou a rede meramente transformará nossas relações, partilhas e modos de ser e agir politicamente em mais um comércio do capital? Pior ainda, a tecnologia tem o poder de nos levar a uma espécie de *Admirável Mundo Novo*<sup>9</sup>, absolutamente controlado e vigiado? Perguntas, apenas provocações...

Resta o desejo e o direito de imaginar outros mundos possíveis, em uma eterna busca por uma sociedade com menos divisões e mais cores, respeitando e valorizando sua multiplicidade. Para não dizer que não falei das flores, muitos artistas, atentos tanto a multiplicidade quanto ao ciberespaço, têm chamado atenção para as urgências políticas do dissenso e do ódio decorrente de consensos forçados. Do lugar de onde eu falo, também enquanto artista que acredita na beleza da multiplicidade, penso que é preciso conhecê-la e reconhecê-la, como uma saída contra o fascismo e um caminho para garantia do direito básico à existência, pois *nosso espaço*, dividido, único e esférico, clama por nossa inteligência e compaixão, antes que o ódio e nossa incapacidade política nos destruam completamente. Retornando a Rancière, “El arte consiste en construir espacios y relaciones para reconfigurar material y simbólicamente el territorio común. [...] Y por ahí es por donde el arte tiene que ver con la política.” (2005, p. 13).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTOUN, Henrique. Democracia, multidão e guerra no ciberespaço. In: PARENTE, André. (Org.). **Tramas da Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 209-237.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. **@ internet e # rua** – ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MALINI, Fábio. **Um método perspectivista de análise de redes sociais**: cartografando topologias e temporalidades em rede. XXV Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Junho de 2016. Disponível em <<http://fabiomalini.com/sem-categoria/o-metodo-perspectivista-de-analise-de-redes-sociais-novo-paper/>>. Acesso em 2 jul. 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **Nas margens do político**. Lisboa: KKYM, 2014.

\_\_\_\_\_. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

9 Referência a homônima distopia futurista do escritor inglês Aldous Huxley, de 1932.

\_\_\_\_\_. **A partilha do sensível**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

\_\_\_\_\_. **Sobre políticas estéticas**. Barcelona: Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.

\_\_\_\_\_. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura**: perspectivas do pensamento tecnológico contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2007.

#### **SOBRE A AUTORA:**

Responde artisticamente como Fany Magalhães e possui graduação em Artes Cênicas, bacharel em Direção Teatral, pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, com mobilidade acadêmica na Universidade de Brasília – UnB. Realizou a pesquisa de Iniciação Científica *Show Opinião: o popular como estratégia política pós 64*, orientada pelo Prof. Dr. Berilo Luigi Deiró Nosella e publicada em livro como *Show Opinião: uma estratégia de resistência* (ISBN: 978-3-639-84533-4). Atualmente, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Teatro, na linha *Teatro, política e sociedade*, pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, como bolsista do Programa de Monitoria de Pós-Graduação – PROMOP-UDESC, com a pesquisa *Rede: conexões possíveis na contemporaneidade da arte*, orientada pela Profa. Dra. Tereza Mara Franzoni.